

Economia = Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO

QUINTA-FEIRA — 15 DE SETEMBRO DE 1983

Bulhões: com a inflação a 160%, tudo sai errado

Da sucursal de
BRASILIA

"Quando se tem inflação de 160% e se quer fazer sua contenção gradual, não há medida que dê certo. Tudo sai errado" afirmou, ontem, o ex-ministro da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões, durante reunião da comissão de 11 deputados e senadores do PDS que formulará a política econômico-financeira do partido.

A exposição de Bulhões foi aberta à imprensa que depois foi convidada a se retirar do recinto onde se realizava o encontro pelo seu presidente, senador Luiz Viana Filho (PDS-BA).

O ministro da Fazenda do governo Castelo Branco garantiu ao senador Murilo Badaró (PDS-MG) a queda da inflação, em apenas três meses, se for adotado o tratamento de choque:

"Quem seguir minha receita, em três meses terá feito cessar a expansão monetária e a expectativa inflacionária, porque uma das raízes da inflação é objetiva, a expansão monetária, e a outra, subjetiva, a expectativa inflacionária. O Brasil está andando para trás por causa de sua política antiinflacionária gradualista. Temos de modificar essa mentalidade."

Noutra oportunidade, repetiu Octávio Gouvêa de Bulhões: "Temos de enfrentar com coragem e determinação. Sou profundamente pessimista quanto ao gradualismo". Bulhões e o ex-prefeito de S. Paulo Olavo Setúbal concordaram ontem num ponto quando trataram de identificar as raízes da crise econômico-financeira do País: o déficit público é um dos principais responsáveis pela inflação.

Ambos proferiram palestras perante a comissão do PDS, encarregada de formular a política econômico-financeira do partido, presidida pelo senador Luiz Viana Filho que, ontem, na Comissão de Finanças do Senado ouviu ainda os empresários Jorge Gerdau, Mário Garnero e José Mendlin.

"Seguindo a regra geral, a causa da inflação brasileira está no déficit público. Em outros países, como os Estados Unidos e Alemanha Ocidental, o fulcro gerador do déficit público reside no dispêndio com a previdência social. No Brasil, enquanto os gastos da previdência social não sejam ameaça desrespeitável, no momento a causa essencial reside na expansão do crédito, levada a efeito pelo Banco Central, ou melhor, pelas autoridades monetárias, ou sejam o Banco Central e, principalmente, o Banco do Brasil. São essas somas adicionais de crédito que representam a maior parcela do déficit público", segundo o ex-ministro da Fazenda do governo Castello Branco. Para Octávio Gouvêa de Bulhões "muito se fala no dispêndio das empresas estatais, incluindo-o no déficit público. Não resta dúvida de que as empresas estatais estão com seus orçamentos desequilibrados. Mas esse desequilíbrio é mais reflexo que causa inflacionária. A expansão de cré-



Foto Alencar Monteiro — Telefoto Estado

O ex-ministro acha que o País "está andando para trás"

dito das autoridades monetárias é fenômeno de vários anos. Em 1977 e 1978, procurou-se restringir a expansão, sem que houvesse repercussões desfavoráveis no produto real. Em 1978, registrou-se queda na produção agrícola, advinda de condições climáticas, mas a renda da agricultura manteve-se no mesmo nível, em termos reais. Esse fato é assinalado porque demonstra a possibilidade de extinguir-se esse procedimento expansionista, maneira de eliminar-se rapidamente a inflação".

SETÚBAL

Para Olavo Setúbal, "nenhum país do mundo, com economia pretensamente aberta como a nossa, tem condições de superar suas dificuldades diante de juros em patamares absurdos, de um déficit público recorde e inflação tendendo para 180% ao ano. As fontes principais desse desequilíbrio são o excesso de gastos do governo e a falta de recursos não inflacionários para cobrir os déficits das empresas estatais. O déficit público tem provocado, além das emissões de moeda que sempre ultrapassam as metas previstas, um elevado nível de endividamento interno. Esse descompasso entre o aspecto de gastos do Estado e sua base tributária concorreu, igualmente, para o agravamento da dívida externa, via endividamento das estatais".

O ex-prefeito de S. Paulo rejeitou as críticas do ministro do Planejamento, Delfim Netto, sobre a desdolarização da economia:

"Alguns setores da opinião pública e do governo têm criticado essa proposta, sob a alegação de que se trata de transferência de prejuízos já incorridos pelos particulares para o governo. Nada há de verdade nessa crítica, pois sempre sugerimos que a transferência fosse feita pelo mecanismo atualmente regido pela Resolução 432 no Banco Central. Por essa

resolução, a qualquer momento as empresas podem depositar no Banco Central, em cruzeiros, a quantia equivalente ao saldo devedor atualizado de seu financiamento em moeda estrangeira. Todas as firmas em boa situação já o fizeram e o saldo dessa conta já é de dez bilhões de dólares. O que sugerimos, portanto, é a criação de um mecanismo pelo qual as empresas governamentais e as particulares com dificuldade de caixa possam fazer esse depósito com o produto de títulos de crédito emitidos em cruzeiros, a juros e prazos convenientes. Essa proposta é muito mais correta do que a regulada pela Resolução 796 do Banco Central, a chamada 'operação hospital', a qual somente é efetuada por critérios arbitrários das autoridades monetárias".